

O Governo Lula (2003-2010)

Governo Lula (2003-2010) – cenário inicial

- A primeira eleição do presidente Lula foi marcada por um clima de desconfiança por parte do mercado internacional – redução da estabilidade econômica em 2002-2003, durante o processo eleitoral.
- Após a eleição, a política econômica manteve o tripé macroeconômico apoiado no câmbio flexível, no regime de metas de inflação e na austeridade fiscal.
- Além disso, a valorização cambial em função da grande entrada de dólares devido ao superávit comercial e da entrada de capitais estrangeiros (investimento Direto Estrangeiro, empréstimos e capitais especulativos) foi ainda maior do que aquela verificada no governo FHC.

- Os expressivos saldos da balança comercial atingiram o pico de US\$ 46 bilhões em 2006, isso devido ao enorme superávit do setor exportador de *commodities*, em face do aumento do volume exportado, especialmente para a China, e da melhoria de seus preços.
- Ao mesmo tempo, o câmbio valorizado desestimulou as exportações industriais e estimulou as importações, com crescentes déficits na balança comercial da indústria.
- Nos seis primeiros meses após a vitória nas eleições, o governo tomou decisões que representaram de forma clara a mudança de postura ao passado do PT e que foram decisivas para diminuir as tensões macroeconômicas que existiam ao final de 2002.

De acordo com Giambiagi (2011) podemos destacar **as principais decisões do governo:**

- Nomeou para o cargo de presidente do Banco Central o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, mantendo, inicialmente, todo o restante da diretoria anterior, em claro sinal de continuidade.
- Anunciou as metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política anti-inflacionária.
- Elevou a taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), mostrando que isso não era mais um “tabu” para o PT.

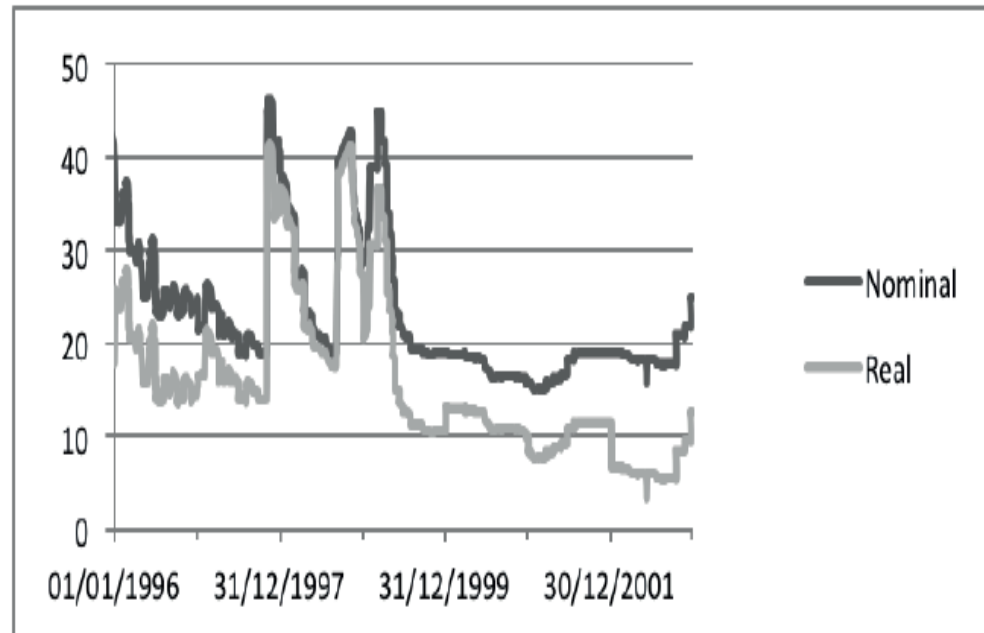
- Definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003.
- Ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado antigas promessas de incremento do gasto.
- Colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período de 2004-2006.

- 2003 - o governo não cumpriu a meta, e a inflação efetiva foi maior que o limite superior estabelecido pelo BC e, a partir de 2004, o governo começa a cumprir as estimativas e manter a inflação efetiva dentro do limite superior estabelecido. Destaca-se aqui o ano de 2006, em que a inflação efetiva esteve abaixo da meta estabelecida.
- Com o abandono da âncora cambial, o efeito imediato foi o de uma desvalorização cambial, chegando a R\$ 2,16 em março, mas com uma redução desta taxa durante o ano de 1999, fechando o ano em R\$ 1,78.
- Esta desvalorização cambial gerou uma elevada pressão inflacionária, principalmente nos preços por atacado da economia. Tais pressões não chegaram ao consumidor final devido a uma política monetária restritiva para amenizar os efeitos cambiais na inflação final.

- Segundo Oliveira e Turolla (2003), com a introdução do regime de metas de inflação à economia brasileira foi possível observar uma redução do nível e da volatilidade da taxa Selic durante um primeiro momento.
- A taxa Selic durante o período anterior ao do regime de metas se mantinha em patamares elevados, já que esta possuía a função de atração de capitais para possibilitar a valorização da moeda.
- Segundo Oliveira e Turolla (2003), com a introdução do regime de metas de inflação à economia brasileira foi possível observar uma redução do nível e da volatilidade da taxa Selic durante um primeiro momento.
- A taxa Selic durante o período anterior ao do regime de metas se mantinha em patamares elevados, já que esta possuía a função de atração de capitais para possibilitar a valorização da moeda.

Metas de inflação e inflação efetiva no Brasil no governo Lula

Gráfico 1 – Taxa Selic diária nominal e real: 1996-2002 (em % ao ano)



Fonte: Campedelli (2014).

- É possível observar uma redução da taxa Selic desde o abandono da âncora cambial até a adoção do regime de metas de inflação e por todo o ano de 1999.
- Na primeira reunião do Comitê de Política Monetária em março, a taxa Selic ficou estipulada em 45%, sendo reduzida na reunião seguinte para 39,5%aa.
- Durante este período, ocorreram inclusive diversas reuniões do COPOM no mesmo mês, tendo mudanças na taxa Selic, em alguns casos, várias vezes neste curto período.
- A taxa foi sendo reduzida até alcançar 19% no fim do ano, já com o regime de metas adotado.
- Num primeiro momento, o regime de metas de inflação parecia estar correspondendo as suas expectativas, baixando a taxa Selic e reduzindo a vulnerabilidade externa da economia brasileira, novamente, tanto em seu nível real quanto em seu nível nominal.

Indicadores e metas macroeconômicas: 1999-2005

	Selic ³	Selic Real ³	IPCA	Meta Inflação	Meta superávit	Varição PIB	Câmbio médio anual
1999	19,00%	10,06%	8,94%	8,0% (6,0%-10,0%)	3,10%	0,25%	R\$ 1,82
2000	15,75%	9,78%	5,97%	6,0% (4,0%-8,0%)	3,40%	4,31%	R\$ 1,93
2001	19,00%	11,33%	7,67%	4,0% 2,0%-6,0%)	3,35%	1,31%	R\$ 2,35
2002	25,00%	10,47%	12,53%	3,5% (1,5%-5,5%)	3,88%	2,66%	R\$ 2,92
2003	16,50%	7,20%	9,30%	4,0% (1,5%-6,5%) ²	4,25%	1,15%	R\$ 3,08
2004	17,75%	10,15%	7,60%	5,5% (3,0%-8,0%) ²	4,50%	5,71%	R\$ 2,93
2005	18,00%	12,31%	5,69%	4,5% (2,5%-6,5%)	4,25%	3,16%	R\$ 2,44

Fonte: Adaptado a partir de Ipeadata e Banco Central do Brasil.

² Nestes anos, a meta, a banda superior e inferior foram revistas e alteradas no meio do período em vigor.

³ Valores do final do ano.

O endividamento externo

- Existe certa divergência em relação a uma efetiva redução do nível de volatilidade da economia brasileira após a adoção do regime de metas de inflação. Mesmo sendo menos vulnerável aos efeitos cambiais, a economia ainda mostrou diversos problemas, tanto na condução inflacionária quanto no seu crescimento econômico em anos com forte variação cambial, como em 2001 e 2002.
- Pode-se colocar que existiu uma redução da vulnerabilidade externa, mas que tal redução não é ainda suficiente para se evitar problemas oriundos de choques cambiais.
- Os expressivos resultados obtidos especialmente a partir de 2002, foram fundamentais para diminuir a vulnerabilidade externa da economia naquele momento.
- **Crítica:** diante de um quadro internacional favorável, deveria se perseguir um crescimento do PIB pelo menos equivalente a média dos principais países em desenvolvimento. Enquanto esses têm crescido sustentadamente, cerca de 6 a 7% ao ano, tivemos um desempenho médio inferior à metade disso.

- Um dos requisitos para crescer de forma sustentada e mais robusta, é ampliar as importações, principalmente de bens de capitais e de matérias primas e componentes não produzidos localmente. Isso no entanto, deve ocorrer sem que se abra mão da geração de um superávit comercial expressivo, sob o risco de ter seu crescimento interrompido, como já aconteceu recorrentemente na nossa história, por problemas de contas externas.
- O Brasil exportou US\$ 118 bilhões em 2005. É um resultado expressivo, comparado ao montante de quatro anos anteriores em que o Brasil exportava cerca da metade desse volume. No entanto, é uma marca modesta, considerando o desempenho médio internacional.
- No *ranking* dos principais países exportadores de 2004 o Brasil só aparece 25º lugar, com apenas 1,1% de participação. Muito pouco um país que já teve 1,5% de participação nas exportações mundiais em meados da década de 1980 e até 2011 representava a nona economia mundial, considerando o PIB por Paridade de Poder de Compra (A PPC é um método usado em macroeconomia para determinar e comparar a produtividade de cada economia e os padrões de vida em países diferentes ao longo de um determinado período.).

INDICADORES SELECIONADOS DA ECONOMIA BRASILEIRA

- A análise do conjunto de indicadores da economia brasileira no intervalo de 1995 a 2005 aponta para significativas melhoras, como na questão da recuperação das contas externas e o controle da inflação. Por outro lado, permanece o desafio de melhorar a relação dívida pública/PIB e melhorar o perfil do endividamento. É preciso criar as condições para ampliar de forma expressiva o baixo crescimento da economia, recuperar as taxas de investimento e propiciar a criação de empregos e geração de renda.

Contas públicas		1995/2002*	2003/2005*
Resultado Primário	% PIB	1,7	4,7
Juros	% PIB	-8,8	-7,5
Resultado Nominal	% PIB	-7,1	-2,9
Dívida/PIB***	% PIB	55,5	51,6
Taxa de Juros Real	% PIB 15,9	10,9	12,2
Contas externas			
Balança comercial	US\$ bilhões	-1,1	34,4
Transações correntes	US\$ bilhões	-23,3	10,0
Dívida/exportações	unidade	3,5	2,3
Conjuntura econômica			
PIB	% ano	2,3	2,7
Inflação (IPCA)	% ano	10,2	6,7

* Média anual

** Acumulado no ano preliminar

*** Relação dívida/PIB a do final de cada período em dez./94 era de 30,4%

FONTE: BC, IBGE. Elaborado pelos autores.

O primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006)

- No período que marcou o **primeiro mandato do presidente Lula**, suas prioridades de governo segundo Carvalho (2011, p. 4) “era o controle da inflação, a ser combatida através da contenção da demanda agregada, e a abertura comercial e financeira”. Notoriamente, priorizou conter os desequilíbrios macroeconômicos (dívida pública e os déficits em conta corrente) herdados do governo anterior, além dos desequilíbrios sociais, que seriam minimizados através de políticas sociais que visassem à redução da extrema pobreza.
- De acordo com Meirelles (2009, p. 18):
- “(...) com a melhora do cenário inflacionário, o Banco Central pôde flexibilizar significativamente a política monetária. O contexto internacional favorável, a confiança crescente na política econômica, em conjunto com a distensão monetária levou a recuperação da demanda doméstica e a consequente diminuição do hiato do produto”.

- Com o intuito de evitar uma situação econômica desfavorável e avançar com o compromisso das reformas estruturais, Lula apresenta ao Congresso duas propostas: a reforma tributária e a reforma da Previdência Social. Segundo Giambiagi (2011, p. 210) a **reforma tributária** proposta visava quatro objetivos:

1. *Uniformizar a legislação do ICMS, contribuindo para reduzir as possibilidades de evasão;*

2. *prorrogar a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que reduz parcialmente a vinculação das despesas às receitas, dando certa margem de manobra às autoridades para remanejar recursos e aproveitar receitas para fazer superávit primário, sem ter de gastá-las;*

3. *renovar a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), evitando queda da receita em 2004;*

4. *transformar a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em tributação sobre o valor adicionado, em substituição à taxaço “em cascata” até então prevalente.*

- Ainda de acordo Giambiagi (2011, p. 210), as principais mudanças na proposta de **reforma da Previdência Social** se concentraram no regime dos servidores públicos, e abordou elementos importantes, como:
- *“taxação, através de alíquota contributiva, dos servidores inativos, com a mesma alíquota dos ativos, ressalvado um limite mínimo de isenção;*
- *aplicação de um redutor para as novas pensões acima de um certo piso de isenção;*
- *antecipação, para todos os funcionários da ativa, da idade mínima para aposentadoria integral, de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, prevista apenas para os novos entrantes da Emenda Constitucional nº 20 de 1998;*
- *e definição do mesmo teto de benefícios do INSS para os benefícios dos novos entrantes, com a possibilidade de criação de fundos de pensão para a complementação da aposentadoria a partir desse limite.”*

Ano	Dívida Líq. Externa ¹	Reservas Internacionais ¹	Saldo do B.P ¹	Carga Trib. (% do PIB)	Superávit Primário(%)
1999	189.268	36.342	-25.869	31,1	2,13
2000	183.909	33.011	-24.794	30,4	1,73
2001	174.068	35.866	-23.721	31,9	1,69
2002	171.117	39.594	-9.097	32,3	2,37
2003	165.633	49.296	3.760	31,9	2,49
2004	148.439	52.935	11.347	32,8	2,97
2005	115.651	53.799	13.547	33,8	2,88
2006	86.750	85.839	13.030	34,1	2,5

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Notas: ¹em US\$ milhões

- As reformas estruturais enviadas e aprovadas pelo Congresso impactaram diretamente para que o governo pudesse elevar o seu superávit primário e consequentemente reduzir a relação dívida líquida/PIB.
- Apesar de que no primeiro ano de governo, Lula não conseguiu alcançar a meta de superávit primário estabelecido no governo anterior, mas de acordo com Rezende (2009, p. 44), “(...) deu indícios que estava tentando alcançá-la.
- Já em 2003, o superávit primário foi de 2,5% do PIB e em média 3% nos dois anos seguintes, 2004 e 2005”. As reformas contribuíram também para que o governo aumentasse suas receitas no período de 2003 – 2006.

- Além de buscar aumentar o superávit primário, no primeiro mandato do presidente Lula, a continuidade das políticas adotadas no governo anterior ainda pode ser vista no que tange à contenção dos gastos públicos.
- Em 2003, de acordo com Giambiagi (2011, p. 212) “o gasto primário, incluindo as transferências para Estados e Municípios... caiu mais de 3% em termos reais”.
- As políticas econômicas praticadas pelo governo Lula sempre foram de acordo com o novo regime macroeconômico, a saber – metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário – e como a taxa de juros era o único instrumento para manter a inflação dentro de sua meta, como já foi dito, o período foi marcado por altas taxas de juros, o que impactava diretamente na dívida pública.
- Para conter o endividamento o governo se viu obrigado a aumentar os impostos e diminuir os repasses para os governos estaduais e municipais. Além disso, o aumento das taxas de juros não estimula a demanda e conseqüentemente não estimula o crescimento do PIB.

Taxas de Crescimento do PIB (%) para o Brasil, Mundial e América Latina entre 1999 e 2006

Ano	Crescimento do PIB Brasil (%)	Crescimento do PIB Mundial (%)	Crescimento do PIB da América Latina (%)
1999	0,3	3,6	0,3
2000	4,3	4,8	4,1
2001	1,3	2,5	0,7
2002	2,7	3,0	0,6
2003	1,1	4,0	1,9
2004	5,7	5,4	6,0
2005	3,2	4,9	4,5
2006	4,0	5,6	5,4

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

- Apesar do baixo crescimento no ano de 2003, que pode ter sido causado justamente pela desconfiança dos investidores externos bem como pela situação econômica de volta do processo inflacionário no final de 2002, o Brasil conseguiu auferir bons resultados nos anos posteriores através de uma política monetária estável e com a austeridade fiscal.
- Entre 2003 e 2006 - o crescimento do PIB, embora pequeno, foi principalmente fundado na expansão das exportações, que apesar da valorização do real, aumentaram significativamente, apresentando o equivalente a 11,6%”.
- Em relação às despesas no período de 2003 – 2006, o consumo das famílias cresceu a uma taxa média de 3,3% ao ano, enquanto a formação bruta do capital fixo cresceu em média 3,3% a.a, as importações em 8,8% e o consumo do governo em 2,8% a.a.

- Em resumo, podemos dizer que o governo Lula priorizou no seu primeiro mandato às metas do tripé macroeconômico, assim, deu continuidade ao processo do controle inflacionário e manteve as taxas de juros em alta. Essas políticas de cunho ortodoxas foram responsáveis por atrair capital externo e aumentar a credibilidade do Brasil com os agentes econômicos.
- O custo dessas políticas é observado quando o governo aumenta o superávit primário para honrar seus compromissos com os credores de títulos da dívida pública, pagando juros altíssimos e, desta forma, limitando o investimento produtivo e conseqüentemente não estimula o crescimento do PIB.
- No final do primeiro mandato o governo preparou sua reeleição com base nas promessas de implementar reformas para que o Brasil pudesse vivenciar um novo ciclo de desenvolvimento. Na análise do segundo mandato, mostraremos como a postura do governo no período 2007 – 2010, juntamente com o cenário externo favorável, impactaram nas taxas de crescimento e nos dados macroeconômicos do país.

GOVERNO LULA (2007-2010)

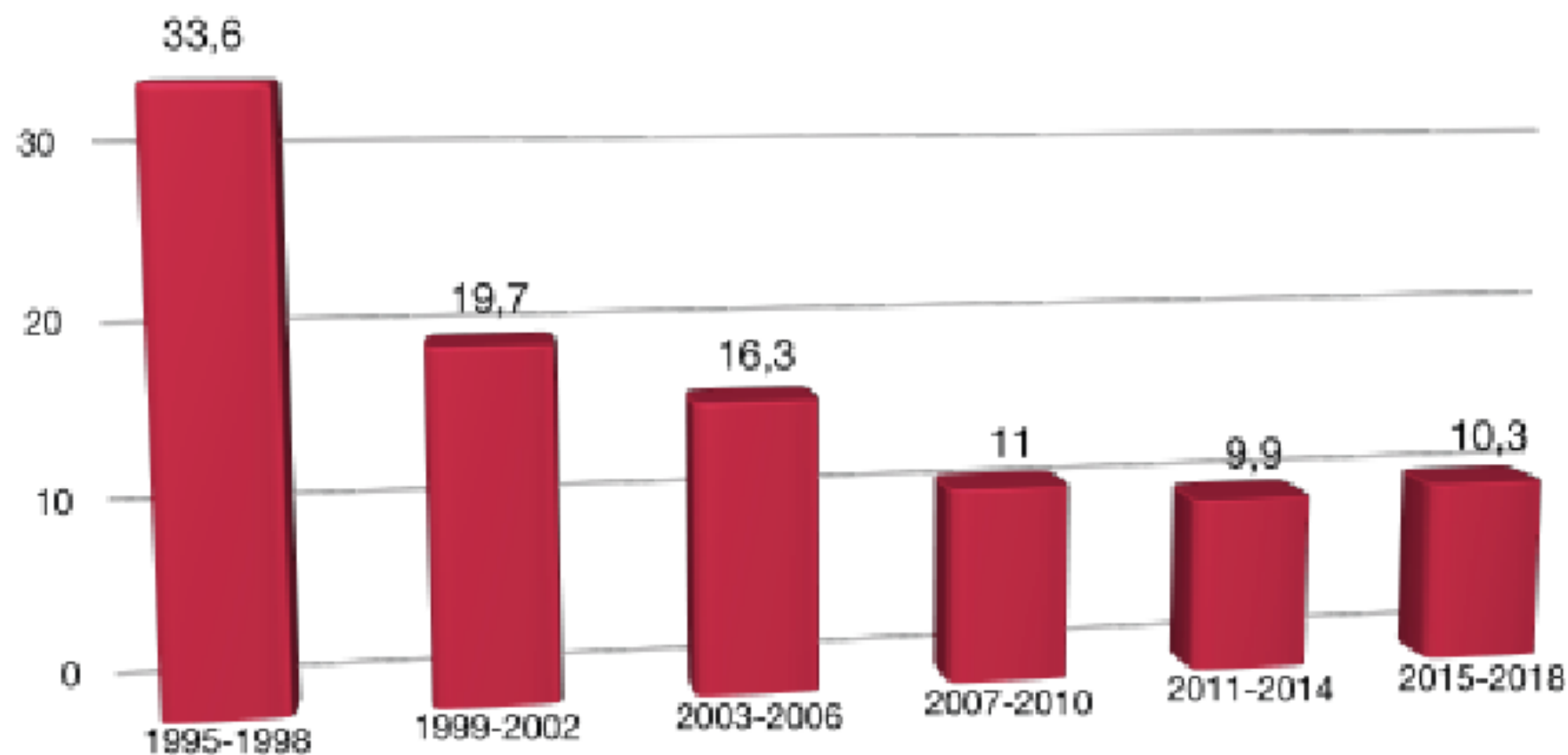
O segundo mandato

INTRODUÇÃO

- A continuidade das políticas do governo FHC (monetária, fiscal e cambial) e a manutenção do Regime de Metas de Inflação foram as características do primeiro mandato de governo Lula.
- No período que vai de 2003 a 2006 a implementação de ajuste fiscal rigoroso com foco em superávits primários acabaram por dificultar o crescimento econômico do país.
- Também foi penalizado o investimento produtivo devido as elevadas taxas de juros utilizadas de 2003 a 2006 (taxa Selic utilizada como instrumento de combate à inflação e também como meio de captação de poupança externa) no intuito de minimizar os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos.
- Este quadro da economia brasileira só se modificou a partir de 2006 quando a política adotada pelo Ministério da Fazenda passou a priorizar a volta do crescimento econômico em sintonia com o Banco Central que a partir do final de 2005 passou a promover a queda da taxa básica de juros.

Taxa de juros Selic

Em porcentagem, por períodos selecionados: 1995-2018



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

INTRODUÇÃO (Cont.)

- O segundo mandato então, será marcado por políticas de caráter keynesiano como a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento. Também foram adotadas políticas anticíclicas quando os reflexos da crise financeira internacional de 2008 atingiram a economia nacional.
- Lula adotou, ao mesmo tempo, uma série de medidas voltadas para incrementar o mercado interno, dentre as quais cabe destacar:
- ampliação do crédito (sobretudo para o setor imobiliário), majoração do gasto público, ampliação da infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ampliação da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para fomentar setores considerados estratégicos, adoção de políticas sociais visando enfrentar a questão da miséria (em especial o programa Bolsa Família) e majoração do salário mínimo (Sicsú, 2013).
- Tais políticas permitiram ao país restabelecer o crescimento econômico assim como o investimento privado em níveis mais elevados que no seu primeiro mandato.

O SEGUNDO MANDATO DO GOVERNO LULA (2007 – 2010)

- Após ter realizado reformas estruturais necessárias e continuar com as políticas econômicas que trouxeram de volta a credibilidade do país com o setor externo, o primeiro governo Lula pôde desfrutar de uma melhora nos dados macroeconômicos da economia brasileira, principalmente quando se trata da queda da taxa de inflação, redução da dívida líquida e um consequente saldo positivo no Balanço de Pagamentos, além de uma média anual de 3,5% para o crescimento do PIB no período de 2003 – 2006.
- Tais números colocaram Lula como forte candidato a reeleição ao posto de presidente da República para o período de 2007 a 2010. Mais uma vez no segundo turno contra um adversário do PSDB, dessa vez Geraldo Alckmin, Lula confirmou seu favoritismo nas urnas com 60,8% *contra* 39,2%.
- Alcançada a estabilidade econômica do país, segundo Giambiagi (2011), o discurso do presidente para o segundo mandato se voltou para um governo que atendesse os mais necessitados, com políticas econômicas e programas sociais que visassem uma maior distribuição de renda para a população.

- Programas como Bolsa Família, o Prouni e o Luz para Todos foram levantados em grande parte de seus pronunciamentos.
- Além dos programas sociais citados anteriormente, em janeiro de 2007, o governo criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que segundo a Nota Técnica do Dieese nº 41 (2007, p. 2):
 - *“não deve ser entendido como um plano de desenvolvimento do país, dado seu caráter restrito a um conjunto de medidas que não contemplam a articulação de diversas áreas como, por exemplo, educação, saúde, tecnologia entre outras, que necessariamente deveriam estar presentes numa visão desenvolvimentista.*
 - *Não obstante, também não deve ser confundido com o programa de governo, pois a ação governamental é mais ampla que ele, através das políticas públicas implementadas por diversos ministérios, órgãos públicos e empresas estatais. Trata-se, portanto de um conjunto articulado de medidas na área econômica, através das quais o governo estabelece metas de crescimento (5% ao ano)”*.

- O PAC previa investimentos da ordem de 503,9 bilhões de reais até o ano de 2010 e dentre as principais medidas do Programa, podemos destacar a desoneração tributária para alguns setores, estímulo ao financiamento e crédito e medidas de melhoria do ambiente de investimentos.
- Os recursos para os projetos seriam provenientes tanto do setor público (orçamento do governo federal e capital de investimento de empresas estatais) quanto de parcerias de investimentos público-privadas.
- De acordo com o Ministério do Planejamento (2011), o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais.
- Ainda segundo o Ministério do Planejamento, o PAC “teve importância fundamental para o país durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais.”

- Além dos benefícios como criação de empregos, melhorias de infraestrutura do país e aumento de investimentos, as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento, trazia consigo uma previsão de crescimento do PIB da ordem de 4,5% em 2007 e de 5% a.a nos anos seguintes até 2010.
- O que pôde se observar nesse período, de acordo com o Boletim de Conjuntura Econômica do IPEA, é que as taxas de crescimento do PIB realmente registraram-se em alta, ressalva para o ano de 2009, em que o PIB apresentou retração de 0,1% (em termos reais), muito devido ao impacto da crise financeira mundial de 2008 na economia brasileira.
- Em 2007 o crescimento superou as estimativas e fechou o ano em 6,1%, e, mesmo com a crise mundial, ficou dentro do previsto para o ano seguinte, registrando crescimento de 5,1% em 2008. Em 2010, igualou a taxa de crescimento registrada há 24 anos, com o PIB apresentando alta de 7,5%.

- No contexto de uma maior distribuição de renda, ainda em 2007, o governo firmou um acordo de valorização permanente do salário mínimo até 2023.
- De acordo com a Nota Técnica do Dieese nº 62 (2008, p. 2) “essa política (de valorização do salário mínimo) tem como critérios o repasse da inflação do período entre as suas correções, o aumento real pela variação do Produto Interno Bruto, além da antecipação da data base de sua correção – a cada ano – até ser fixada em janeiro”.
- A taxa de desemprego foi de 6,7% no ano de 2010, seu menor patamar para o período analisado.

- Além disso, em relação à evolução do salário mínimo para o mesmo período, segundo a nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentou ganhos reais (acima da inflação) de 53,67%.
- A estratégia de melhorar a distribuição de renda dos brasileiros mostrou-se positiva no processo de crescimento econômico, pois de certa forma, serviu para aumentar o mercado consumidor interno, aquecendo a economia em um momento de crise internacional.
- Segundo Curado (2011, p. 94) “a ampliação de renda e o consumo dela derivada, estiveram positivamente relacionadas com a expansão do produto”.

Reajuste do Salário Mínimo e Taxa de Desemprego 2002 - 2010

Período	Salário Mínimo (R\$)	Reajuste Nominal (%)	INPC Acumulado (%)	Aumento Real (%)	Taxa de Desemprego (%)
2002	200,00	-	-	-	11,7
2003	240,00	20,00	18,54	1,23	12,3
2004	260,00	8,33	7,06	1,19	11,5
2005	300,00	15,38	6,61	8,23	9,8
2006	350,00	16,67	3,21	13,04	10,0
2007	380,00	8,57	3,30	5,10	9,3
2008	415,00	9,21	4,98	4,03	7,9
2009	465,00	12,05	5,92	5,79	8,1
2010	510,00	9,68	3,45	6,02	6,7
Total Período	-	155,00	65,93	53,67	-

Fonte: Nota Técnica Dieese nº 86.

Nesse período, em que o Brasil alcançou um processo de crescimento com melhora na distribuição de renda, ocorreu conjuntamente a um cenário de estabilidade de preços.

Nos dois mandatos do governo Lula, pode se observar um processo de convergência da taxa efetiva da inflação com a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) – desde que levada em consideração à banda que estabelece os limites superiores e inferiores – apenas em 2003, quando registrou inflação anual de 9,3%, a meta não foi alcançada.

De acordo com o Banco Central do Brasil, nos anos de 2007 e 2009, as taxas ficaram abaixo da meta (4,5%), registrando 4,46% e 4,31% respectivamente. Já para os anos de 2008 e 2010 as taxas de inflação foram bem próximas, registrando 5,90% em 2008 e 5,91% em 2010 (IPCA).

Apesar de todos os avanços na área econômica após o regime de metas para a inflação em 1999, de acordo com Curado (2011, p. 95 e p. 96) “cabe destacar que a economia brasileira sustenta a mais alta taxa de juros real do mundo e que a discussão sobre o tema deve levar em consideração três aspectos centrais”, a saber:

- *É importante lembrar que a economia brasileira conviveu com um longo período de alta inflação, com elevados custos para o desenvolvimento econômico e social e que a soma deste longo período histórico de inflação com um modelo institucional particular de gestão do regime de metas de inflação ajudam a explicar porque o Banco Central do Brasil reage de forma mais forte no que se refere à elevação da taxa de juros;*

- *O segundo tema relevante diz respeito à relação existente entre **política monetária e as finanças públicas**. Apesar dos avanços ocorridos no perfil da dívida pública, os encargos de curto prazo, em especial o pagamento de juros da dívida, obrigam o governo brasileiro a promover continuamente a sua “rolagem”, o que impõe limites para a queda de taxa de juros real. Em síntese, a necessidade de rolagem da dívida pública e a não utilização de instrumentos fiscais na contenção da demanda agregada são fatores que ajudam a entender o patamar da taxa de juros real brasileira;*
- *Por fim é preciso lembrar que ao longo do governo Lula a economia brasileira presenciou uma verdadeira explosão do crédito, especialmente ao consumidor. A forte expansão do crédito no período e seus efeitos sobre a demanda em alguns setores não devem ser desconsideradas da análise da evolução da inflação o que, no regime de metas de inflação, implica analisar o comportamento da política monetária.*

A Crise de 2008

“A crise de 2008, considerada a pior desde a Grande Depressão de 1929, começou bem antes de Bush fazer seu pronunciamento, mas teve seu ápice no dia 15 de setembro, uma segunda-feira, quando o banco Lehman Brothers, o quarto maior dos Estados Unidos, declarou falência. Naquele dia, ex-funcionários, recém-desempregados, deixavam o prédio do banco incrédulos com o que estava acontecendo... ninguém no banco poderia imaginar esse desfecho. O Lehman Brothers não recebeu ajuda do governo e não encontrou nenhuma outra instituição disposta a lhe estender a mão. Sucumbiu.

Desta segunda-feira negra até a quinta-feira da mesma semana, as bolsas mundiais perderam US\$ 4 trilhões. As ações tiveram seu pior dia desde os atentados de 11 de setembro. O tesouro americano se viu obrigado a abrir as torneiras para salvar outros bancos e evitar ainda mais pânico.”

Revista on line Época Negócios

FABIANA PIRES E SILVIA BALIEIRO

25 SET 2013 - O mundo depois da crise de 2008

Como tudo começou?

A crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929.

Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros; a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses.

O evento detonador da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (FED, Banco Central Americano) em socorrer a instituição.

Essa atitude do FED teve um impacto tremendo sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário.

O rompimento dessa convenção produziu pânico entre as instituições financeiras, o que resultou num aumento significativo da sua preferência pela liquidez, principalmente no caso dos bancos comerciais.

O aumento da procura pela liquidez detonou um processo de venda de ativos financeiros em larga escala, levando a um processo de "deflação de ativos", com queda súbita e violenta dos preços dos ativos financeiros, e contração do crédito bancário para transações comerciais e industriais.

A "evaporação do crédito" resultou numa rápida e profunda queda da produção industrial e do comércio internacional em todo o mundo.

No Brasil, a expansão fiscal começou antes da expansão monetária devido a um comprometimento do Banco Central (BC) com um regime de metas de inflação muito rígido.

Nesse contexto, o governo Lula aprovou um pacote de estímulo fiscal no fim de 2008, constituído de aumento do investimento público, redução de impostos e aumento do salário mínimo e do seguro desemprego.

A redução da taxa de juros começou apenas em janeiro de 2009, após colapso da produção industrial americana. Como resultado da demora no relaxamento na política monetária, o PIB declinou 0,7% em 2009.

Apesar da forte queda da produção industrial e do PIB tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, a severidade da crise de 2008 ficou muito aquém dos resultados catastróficos verificados na década de 1930.

No fim de 2009, a economia americana começou a apresentar sinais positivos de recuperação, apontando para um crescimento modesto em 2010. França e Alemanha saíram da recessão técnica em meados de 2009, o mesmo ocorrendo com o Reino Unido no último trimestre desse mesmo ano.

Os países em desenvolvimento tiveram um desempenho econômico muito superior ao dos países desenvolvidos durante a crise. O crescimento econômico da China foi de 8,5% em 2009, mostrando uma pequena redução com respeito a 2008, quando a economia cresceu 9%.

A performance econômica da Índia também foi boa. Após uma expansão de 7,3% do PIB em 2008, o crescimento foi reduzido para 5,4% em 2009. A performance econômica do Brasil durante a crise não foi tão boa como a da China e da Índia.

Após um crescimento robusto de 5,1% em 2008, o PIB caiu 0,7% (PIB Nominal) em 2009. Em 2010, contudo, a economia brasileira apresentou uma forte recuperação, apresentando um crescimento econômico superior a 7%.

Vulnerabilidades da economia brasileira no pós crise 2008

Pontos de vista de especialistas no mercado internacional:

O Brasil adotou um modelo de reação diferente do resto do mundo, na avaliação de especialistas em economia internacional. O principal problema, segundo eles, ocorreu devido a introdução de renúncias fiscais enquanto outros países reduziram gastos e buscaram austeridade.

Para tentar manter a economia aquecida em meio à crise que tomou proporções mundiais, o governo brasileiro adotou uma série de medidas, como redução de impostos para estimular o consumo, congelou preços do petróleo, subsidiou as tarifas de energia elétrica e ampliou as desonerações.

Em meio à crise internacional, o governo anunciou a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, eletrodomésticos e materiais de construção. Diante da escassez de crédito, houve redução dos depósitos compulsórios (dinheiro que os bancos são obrigados a recolher ao Banco Central) e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), além de estímulo ao crédito por meio de bancos públicos.

A crise de 2008 desembocou no fim de uma das principais ajudas externas que alavancou o crescimento do Brasil nos anos 2000: o superciclo das commodities. A queda do preço internacional de produtos agrícolas e minerais expôs o país a “vulnerabilidade estrutural”. “Nos últimos 20 anos, o Brasil aprofundou o processo de reprimarização da sua economia, tornando-se um país ainda mais dependente de produtos primários”.

Publicado em 15/09/2018 - 13:30 Por Kelly Oliveira, Pedro Rafael Vilela e Wellton Máximo – Repórteres da Agência Brasil - Brasília

Opiniões de especialistas em economia brasileira:

As políticas de estímulo introduzidas após a quebra do Lehman Brothers foram reconhecidas, à época, como uma das reações mais eficazes à prostração da atividade. O PIB alcançou 7,5% em 2010 e colocou o País na capa da revista The Economist.

Na época, o então presidente Lula chegou a dizer que a crise era apenas uma “marolinha”. **O entusiasmo foi levado ao extremo e embasou a elaboração da Nova Matriz Econômica, um conjunto de políticas heterodoxas que resultou em inflação, acentuou a piora fiscal e abalou a confiança, sem a contrapartida da alta dos investimentos, dos empregos e da sustentação do ritmo do PIB.**

“A resposta imediata do Brasil foi excelente: no segundo semestre de 2009, já tínhamos voltado a crescer”, afirma José Luis Oreiro, economista da Universidade de Brasília (UNB) e autor de dois livros sobre o tema. “A resposta ao segundo desdobramento da crise é que não foi eficiente. Acabou levando a experimentos de política econômica, como consequência da valorização da taxa de câmbio.” A forte queda do dólar era o que o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, denominou de guerra cambial e que ajudou a justificar o experimento econômico no País.

IstoÉ Dinheiro - [Gabriel Baldocchi](https://www.istoedinheiro.com.br/os-dez-anos-da-crise-global-2008-2018/) - 14/09/18; Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/os-dez-anos-da-crise-global-2008-2018/>

- A resposta dada a crise mundial baseou-se no incentivo ao consumo, na ampliação do crédito, na isenção fiscal para vários setores, no incremento do gasto público e na lenta redução dos juros.
- Estas medidas pareciam indicar que Lula esboçava um rompimento (ou pelo menos uma maior flexibilização) com a política macroeconômica neoliberal, seguindo certa tendência que parecia firmar-se no início da crise, mas que esmoreceria à medida que os interesses da fração financeira, que ocupa a posição hegemônica no capitalismo global, não foram suficientemente abalados pela crise de sobreacumulação.
- Os primeiros sinais de problemas foram detectados quando o crescimento econômico de 2010 foi acompanhado por pressões inflacionárias, que apontavam para a superação do teto de 6,5% da meta de inflação.
- Cabe observar que durante a retração de 2009 a inflação não apresentou queda expressiva. Também cabe assinalar que as pressões sobre os preços apresentavam tendência a alta não obstante a moeda valorizada e a elevada taxa de juros.

Taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira em cinco subperíodos

	1999- 2002	2003- 2005	2006- 2010	2011- 2014	2015- 2016
Salário mínimo (% ao ano, em termos reais)	1,8	6,8	5,9	3,0	1,2
Preço das commodities – FMI (% ao ano)	10,3	19,1	10,5	-7,0	-6,5
Investimentos federais (% ao ano, em termos reais)	-2,0	-4,7	27,6	1,0	-28,4
PIB (% ao ano, em termos reais)	2,3	3,4	4,5	2,3	-3,5
Consumo das famílias (% ao ano, em termos reais)	1,6	2,6	5,8	3,5	-3,8
Investimento total (% ao ano, em termos reais)	-1,2	2,0	9,1	2,2	-12,1
Exportações (% ao ano, em termos reais)	8,5	11,7	2,5	1,6	4,3
Inflação – IPCA (% ao ano)	8,8	7,5	4,7	6,2	8,5

Fontes: FMI (Primary Commodity Prices Index); IBGE (Contas Nacionais Trimestrais e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios); Orair (2016); Ipeadata. As taxas anualizadas são as que seriam observadas caso a economia tivesse crescido ao mesmo ritmo em cada ano do subperíodo.

Indicadores e metas macroeconômicas: 2006-2010

	Selic ³	Selic Real ³	IPCA	Meta Inflação	Meta superávit	Variação PIB	Câmbio médio anual
2006	13,25%	10,11%	3,14%	4,5% (2,5%-6,5%)	4,25%	3,96%	R\$ 2,18
2007	11,25%	6,79%	4,46%	4,5% (2,5%-6,5%)	3,80%	6,90%	R\$ 1,95
2008	13,75%	7,85%	5,90%	4,5% (2,5%-6,5%)	3,80%	5,17%	R\$ 1,84
2009	8,75%	4,44%	4,31%	4,5% (2,5%-6,5%)	2,50%	-0,33%	R\$ 2,00
2010	10,75%	4,84%	5,91%	4,5% (2,5%-6,5%)	3,10%	7,53%	R\$ 1,76

Fonte: Adaptado a partir de Ipeadata e Banco Central do Brasil.

³ Valores do final do ano.

Resumo dos Principais Indicadores Macroeconômicos 2003-2010

Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 2003-2010

(médias anuais por período)

	2003-2006	2007-2010	2003-2010
Crescimento PIB (% a.a.)	3,5	4,5	4,0
Inflação (IPCA dez/dez, % a.a.)	6,4	5,1	5,7
Taxa desemprego IBGE (%)	10,9	8,0	9,5
FBCF (% PIB a preços correntes)	15,9	18,0	17,0
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	22,9	10,0	16,3
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	17,9	18,8	18,3
Balança comercial (US\$ bilhões)	37,4	27,6	32,5
Saldo em conta corrente (US\$ bilhões)	10,9	- 24,6	- 6,9
Dívida externa líquida/Exportações de bens	1,4	- 0,1	0,7

Comparação com o período anterior:

Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 1995-2002

(médias anuais por período)

	1995-98	1999-2002	1995-2002
Crescimento do PIB (% a.a.)	2,5	2,1	2,3
Inflação (IPCA dez./dez., % a.a.)	9,4	8,8	9,1
FBCF (% PIB a preços correntes)	17,4	16,5	17,0
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	4,1	4,2	4,1
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	14,9	-4,9	4,5
Balança comercial (US\$ bilhões)	-5,6	3,5	-1,1
Saldo em conta-corrente (US\$ bilhões)	-26,4	-20,1	-23,3
Dívida externa líquida/Exportação de bens	2,9	3,3	3,1

O cenário para o próximo governo

- Quando Dilma assumiu a presidência, o Brasil apresentava indicadores macroeconômicos satisfatórios, apesar dos impactos da crise de 2008 e da paulatina recuperação internacional.
- A grande expansão da economia mundial entre 2003 e 2007 possibilitou a compatibilização dessas duas linhas de política econômica. O boom de commodities e a entrada volumosa de capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos e aplicações especulativas ao reduzirem momentaneamente a vulnerabilidade externa, que tanto marcou a economia brasileira na década anterior, abriram espaço para a adoção de políticas expansionistas.
- O bom desempenho das exportações de commodities e as medidas de estímulo ao consumo e aos investimentos asseguraram um crescimento médio de 4,0% do PIB ao longo do governo Lula (IPEADATA, 2015).

- A política de Lula ao incrementar o emprego, majorar os salários, implementar vários programas sociais focalizados, estimular a acumulação, diminuir a relação dívida/PIB e manter o câmbio valorizado e as taxas elevadas de juros buscava contemplar, ao mesmo tempo, múltiplos interesses, que iam da classe trabalhadora ao setor financeiro, passando por setores vinculados ao mercado interno e pelo agronegócio.
- Lula não fez reforma agrária e adotou uma tímida política ambiental. Também tentou articular amplo arco de alianças para dar sustentação política ao seu governo. A manutenção do crescimento econômico era importante para acomodar os díspares interesses dessa aliança tácita e instável.



O Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

Profa. Dra. Claudia Regina Rosal Carvalho

Introdução

- O período 2003-2010 marca uma fase peculiar na história econômica da América Latina e do Brasil.
-
- A expansão dos mercados financeiros globais e a elevação dos preços das commodities produzidas na região criaram um cenário externo favorável a um período de crescimento econômico com baixa inflação e sem grandes desequilíbrios nas contas públicas e externas.
 - O Brasil experimentou, então, uma fase de crescimento liderado pela demanda, inicialmente pelas exportações e, num segundo momento, pela demanda doméstica. Esta foi estimulada por três linhas de política econômica:
 - a) contínuo aumento real do salário mínimo;

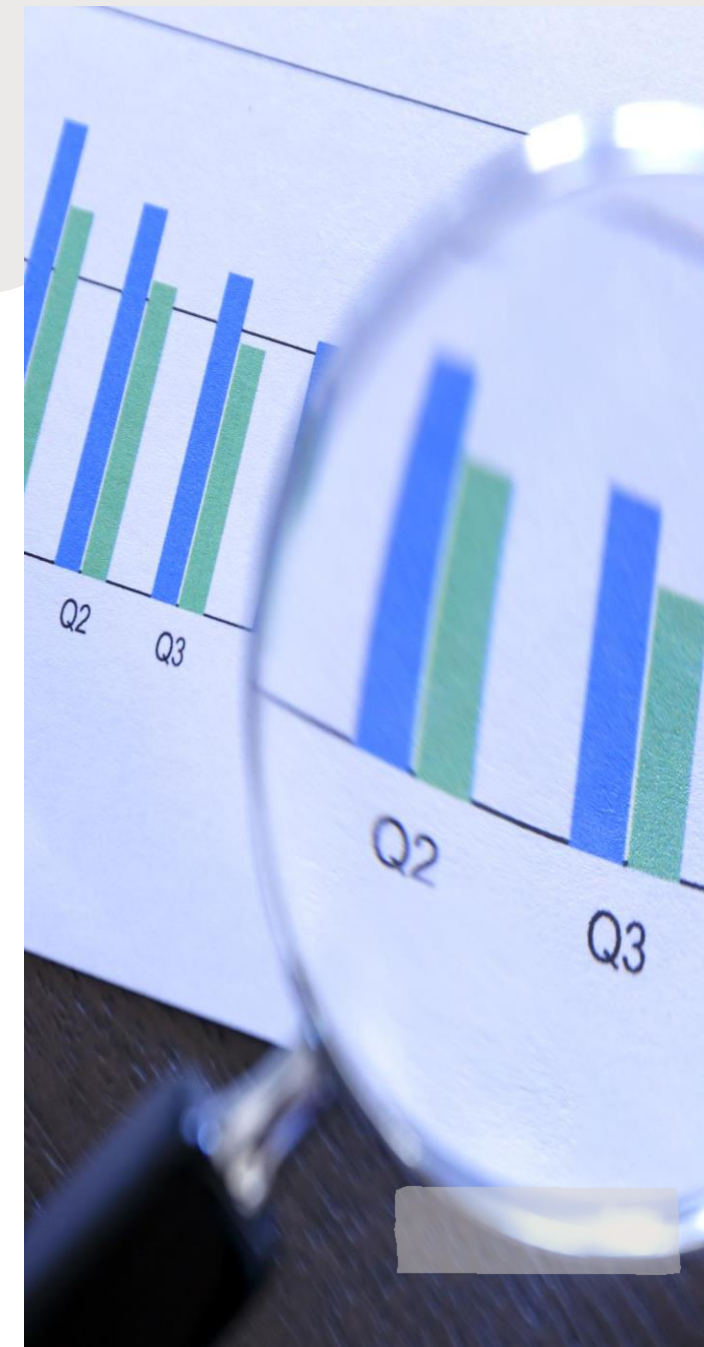


- b) expansão do crédito público;
- c) uma política fiscal que combinava aumento expressivo das transferências de renda às famílias, recuperação do investimento público e, a partir de 2009, também significativas desonerações tributárias.
- Essas políticas não substituíram, mas, de forma um tanto contraditória, se somaram ao regime macroeconômico conservador herdado do Segundo Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).
- O tripé formado pelo regime de câmbio flutuante, aliado ao de metas de inflação e de superávit fiscal primário, foi assumido pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-06).
- A novidade da “Era PT” neste aspecto foi a conciliação desse regime conservador com as políticas de cunho social desenvolvimentista.

O cenário a partir de 2011

A partir de 2011, entretanto, em meio à reversão do cenário externo, na esteira da crise internacional iniciada em 2008, a economia brasileira entra em rota de desaceleração:

- taxas de crescimento menores (2,3% a.a. entre 2011-14, ante 4,5% a.a. entre 2007-10);
- desaceleração do investimento privado e do consumo das famílias (especialmente o apoiado em endividamento);
- dificuldades de concorrência enfrentadas pela indústria;
- déficit externo crescente;
- e a estabilização da inflação em nível próximo ao teto da meta do governo (em torno de 6% a.a.) foram alguns dos ingredientes que colocaram em xeque a capacidade de sustentação do padrão de crescimento de 2004-10.



Razões da Reversão

No debate sobre as razões dessa reversão, o **campo conservador (ortodoxo)** atribuiu à política fiscal, considerada excessivamente expansionista do lado do gasto público, uma parte importante da responsabilidade pelo esgotamento da fase de bonança (Pinheiro, 2014).

O **campo heterodoxo**, por seu turno, reclamava da moderação da política fiscal (e dos juros excessivamente elevados da política monetária), que, gradativamente, deixava de exercer sua função dinamizadora da demanda agregada (Serrano; Summa, 2014; Gentil; Araújo, 2013; Hermann; Gentil, 2015).

Questões:



O que teria, de fato, ocorrido com a política fiscal no período 2011-2014?



Por que, aparentemente, as mesmas estratégias no campo do gasto social, das desonerações tributárias e do investimento público não produziram mais os efeitos dinamizadores do período anterior?



Afinal, a política fiscal perdeu eficácia, diante da reversão desfavorável do cenário externo, ou tornou-se, ela mesma, pouco adequada para lidar com este cenário?

O cenário global

Segundo a Equipe de Microeconomia Aplicada da ESALQ-USP (2017) temos cenários a serem analisados ano a ano:

2010: crescimento de 7,5%

2011: ponto de virada na economia global:

China desacelera

Preço de matérias-primas cai

Mudança na política monetária dos países atingidos pela crise de 2008

Cenário Nacional

Manutenção das políticas sociais do governo anterior

Tentativas de manter um crescimento numa taxa não mais condizente com a realidade do cenário externo

Crédito público subsidiado – campeões nacionais indutores dos investimentos

Redução brusca na taxa de juros

Novo cálculo para o reajuste do salário mínimo (o cenário permitia?)

Juros reduzidos em um momento de inflação crescente – abalo no regime de metas de inflação do governo Lula

Crescimento do PIB: 3,9%

Inflação do ano: por volta dos 6,5%

Nova Matriz Econômica (?)

- Lançamento de diversos “pacotes” de incentivo à indústria
- Segunda etapa do Plano Brasil Maior
- PAC Equipamentos
- Desonerações
- Redução das tarifas de energia
- MP 579 – redução unilateral das tarifas de energia que acabou por enfraquecer os caixas das distribuidoras e sua capacidade de investir, bem como as receitas do governo (essas ações cobraram seu preço mais tarde, juntamente com os apagões enfrentados pelo país).



- As desonerações não surtiram o efeito esperado uma vez que anos de juros elevados culminaram em uma mescla entre setor produtivo e bancário;

“Eu acreditava que, se diminuísse impostos, teria um aumento de investimentos. Eu diminuí, me arrependo disso. No lugar de investir, eles (os empresários dos setores desonerados) aumentaram a margem de lucro”

Dilma Rousseff ex-presidente da República.

- Crescimento do PIB: 1,9%
- Inflação do ano: 5,8%



Cenário em 2013

- A desaceleração do crescimento já dava sinais de um esgotamento da economia e das medidas do governo
- Saída para uma melhora do crescimento (e reeleição) – ingerência do governo nos processos de formação de preço => distorce os preços relativos
- Minha Casa Melhor (2013) – vinculado ao Minha Casa Minha Vida (2009)
- Protestos de 2013 – aumento do gasto.

• No geral o ano de 2013 foi um ano de certo crescimento da economia, o que garantiu à presidenta sua reeleição.

• Crescimento do PIB: 2,5%

• Inflação do ano: 5,9%

• Aumento do gasto + desvalorização cambial = inflação

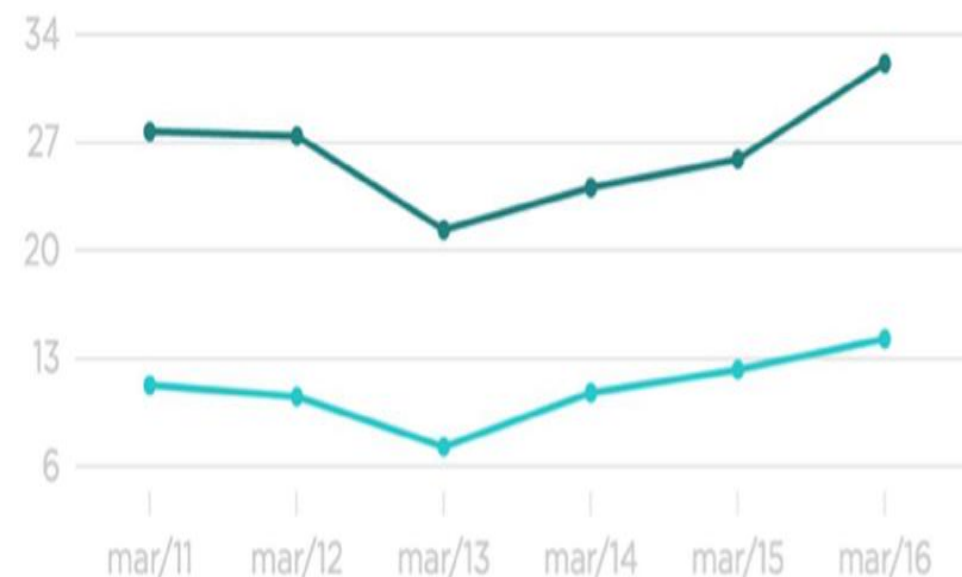


• Aumento da taxa de juros

Taxa anual (%)

■ Selic

■ Média das operações de crédito (pessoas físicas e jurídicas)



Fonte: Banco Central

NEXO

Cenário em 2014

Economistas começam a escrever mais assiduamente sobre a futura recessão

Porém não há sensação na população de que há uma queda no PIB

Emprego na alta histórica

Salário mínimo alto – aumento da renda real

Crescimento do PIB: 0,1%

Inflação do ano: 6,4%

A crise de 2014

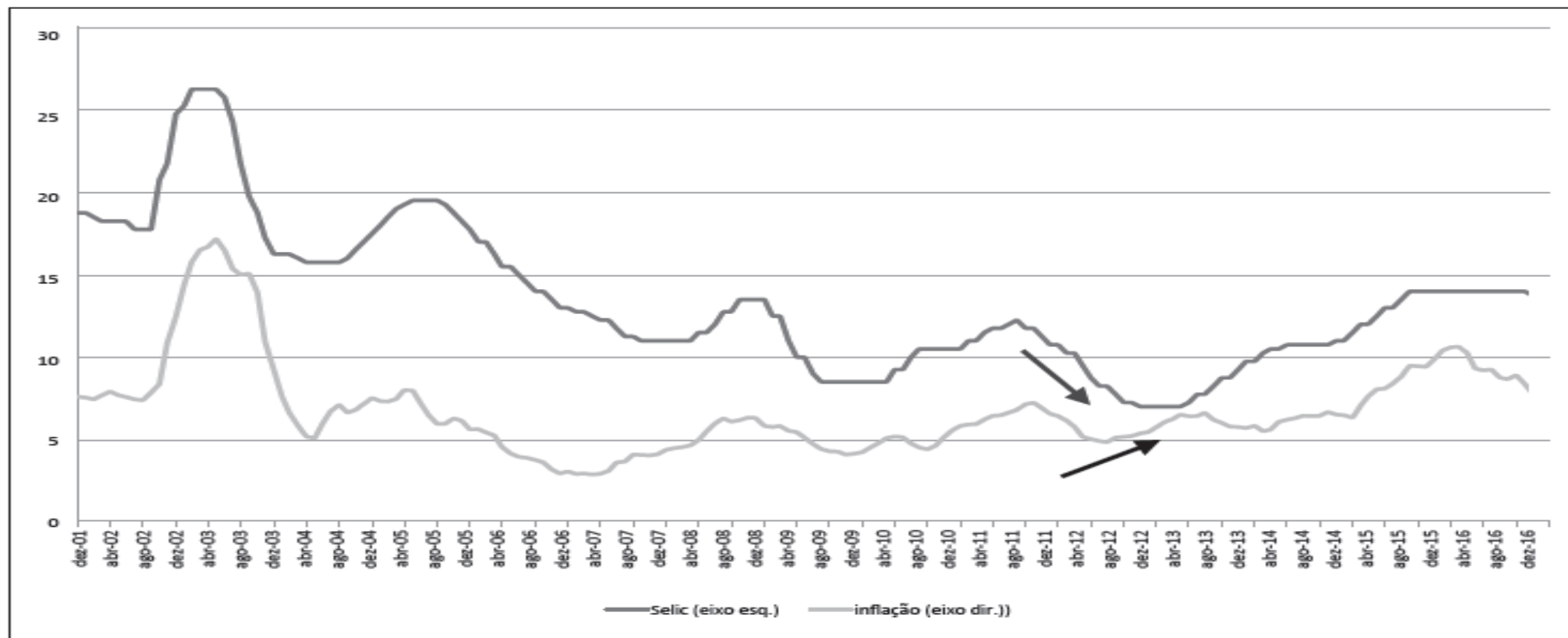
- A crise de 2014 resultou de um conjunto de choques de oferta e de demanda. Primeiramente, o conjunto de políticas adotadas a partir de 2011/2012, conhecido como Nova Matriz Econômica (MNE), reduziu a produtividade da economia brasileira e, com isso, o produto potencial.
- Esse choque de oferta teve efeitos duradouros devido à alocação de investimentos de longa recuperação em setores pouco produtivos.
- Já os choques de demanda estão divididos em três grupos:
 - 1) O primeiro engloba o esgotamento da NME a partir do final de 2014;
 - 2) O segundo choque seria a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015;
 - 3) O terceiro foi a correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle inflacionário após a perda de credibilidade do Banco Central.

Além disso, a consolidação fiscal (período de política fiscal apertada) tentada no ano de 2015 possui impacto menor sobre essa recessão devido à sua baixa magnitude e duração.

Determinantes da crise 2014/2017

- ***Nova Matriz Econômica***
- Segundo Barbosa Filho (2017), a partir de 2011/2012, o Brasil incorporou a chamada NME, políticas de forte intervenção governamental na economia que combinaram política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços.
- ***Política monetária***
- A política monetária eleva a taxa de juros em momentos de crescimento da inflação e reduz a taxa Selic em momentos de desaceleração inflacionária, conforme se pode observar pela evolução da inflação e da taxa Selic entre dez/2001 a dez/2016.
- No entanto, uma das políticas da NME foi a redução da taxa de juros básica da economia em 2012 em momento de aceleração da taxa de inflação. A mudança na política monetária fez que a taxa de inflação acelerasse (e permanecesse em nível elevado) e reduziu a credibilidade do Banco Central, elevando o custo de combate à inflação.

Determinantes da crise 2014/2017



Fonte: BNDES e Petrobras.

Figura 1 – Evolução da Selic e inflação (12 meses) – %.

Determinantes da crise 2014/2017

- Um instrumento importante na implementação dos estímulos governamentais foi a expansão do balanço do BNDES.
- A política visava à constituição/criação de campeões nacionais e a escolha de setores “estratégicos” que receberam fortes subsídios como a indústria automotiva e subsídios e proteção no caso da indústria naval.
- A Petrobrás era outro instrumento importante nessa política de desenvolvimento de setores “estratégicos”. A empresa passou a ser responsável por um ambicioso plano de investimento em exploração e produção (pré-sal) e na área de refino.
- Houve elevação na demanda de investimento por parte da Petrobras e houve também controle do preço de seus derivados. O controle de preços de combustíveis afetou a Petrobras que vendia gasolina no mercado doméstico a um preço inferior ao que comprava no mercado internacional.
- Essa política utilizou recursos públicos de forma exagerada e ocasionou uma elevação da taxa de investimento doméstica no período. No entanto, a elevação do investimento não veio acompanhada de crescimento econômico, mas sim de redução da produtividade total dos fatores (PTF), reduzindo a capacidade de crescimento da economia no período.

Determinantes da crise 2014/2017

- A intervenção do setor energético não correu somente na Petrobras, mas também no setor elétrico de forma geral. Os efeitos da forte seca de 2012/2013 foram amplificados por erros da política energética do governo que reduziu as tarifas de energia em 2013 elevando o consumo, em pleno período de escassez do principal insumo da matriz energética brasileira: a água.
- Para ampliar o problema, o governo deixou descontratadas as empresas geradoras de energia de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Isso obrigou a compra de energia no mercado à vista ao longo da crise, elevando o custo para as empresas distribuidoras. Como essas não puderam repassar os preços, houve forte descapitalização e as mesmas tiveram que bancar a diferença entre o preço da energia e seu custo.
- O controle de preços seria seguido de liberação dos preços a partir de 2015, gerando novo choque negativo sobre a economia devido ao realinhamento de preços. A dispersão e persistência desse choque de oferta fez que o Banco Central elevasse a taxa de juros para controlar a inflação

Determinantes da crise 2014/2017

Contas públicas e risco país segundo Barbosa Filho (2017)

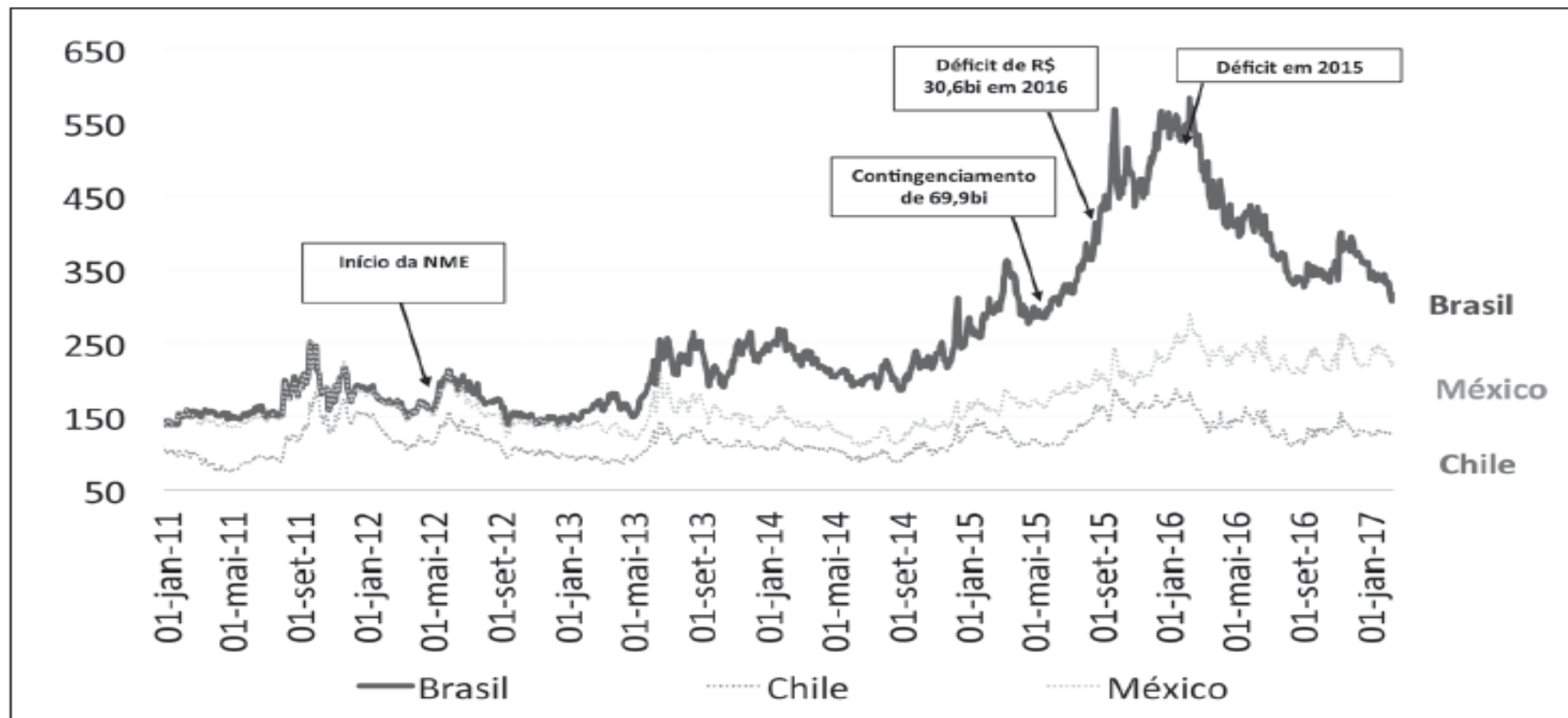
- A intervenção governamental e seus estímulos fiscais gerou deterioração das contas públicas. A Figura a seguir mostra a deterioração da dívida bruta ocasionada pela transformação de um superávit primário da ordem de 2% do PIB em um déficit primário superior a 3% desde 2012.
- A conjunção de um déficit primário crescente, com uma dívida em trajetória explosiva, elevou de forma substancial o risco Brasil.
- A redução da taxa de crescimento do PIB foi acompanhada de redução da taxa de investimento em 4,8% e a menor taxa de crescimento do consumo nos últimos anos, com crescimento de somente 2,3% no ano. No entanto, somente após a disparada do risco país em 2015 se observa a forte contração de consumo e investimento em nossa economia.
- A forte queda desses dois componentes parece estar relacionada com a crise de sustentabilidade da dívida pública brasileira que elevou os juros e a incerteza. O investimento se reduziu em 13,9% em 2015 e 10,6% em 2016, enquanto o consumo caiu 3,9% e 4,5%, respectivamente.

Evolução da dívida bruta e do saldo primário 2006-2016




Fonte: Barbosa Filho (2017)

Risco país para Brasil, México e Chile (2011-2017)



Fonte: Barbosa Filho (2017)



Cenário em 2015

O ano de 2015 foi marcado por uma série de tentativas de reestruturar as contas públicas

Joaquim Levy como ministro da Fazenda numa tentativa de acalmar os mercados e adotar medidas ortodoxas para restaurar as contas

Oposições dentro do próprio governo impediram maiores reformas

No geral houve durante 2015 uma “patinação” de um governo muito ameaçado por uma possível cassação

A crise econômica finalmente se deflagra, com o crescimento exponencial da inflação e do desemprego

Queda no crescimento do PIB: -3,8%

Inflação do ano: 10,7%

Cenário em 2016

Até o afastamento da presidenta em 12 de maio a economia ficou à deriva, com o enfoque total do governo em se manter no poder.

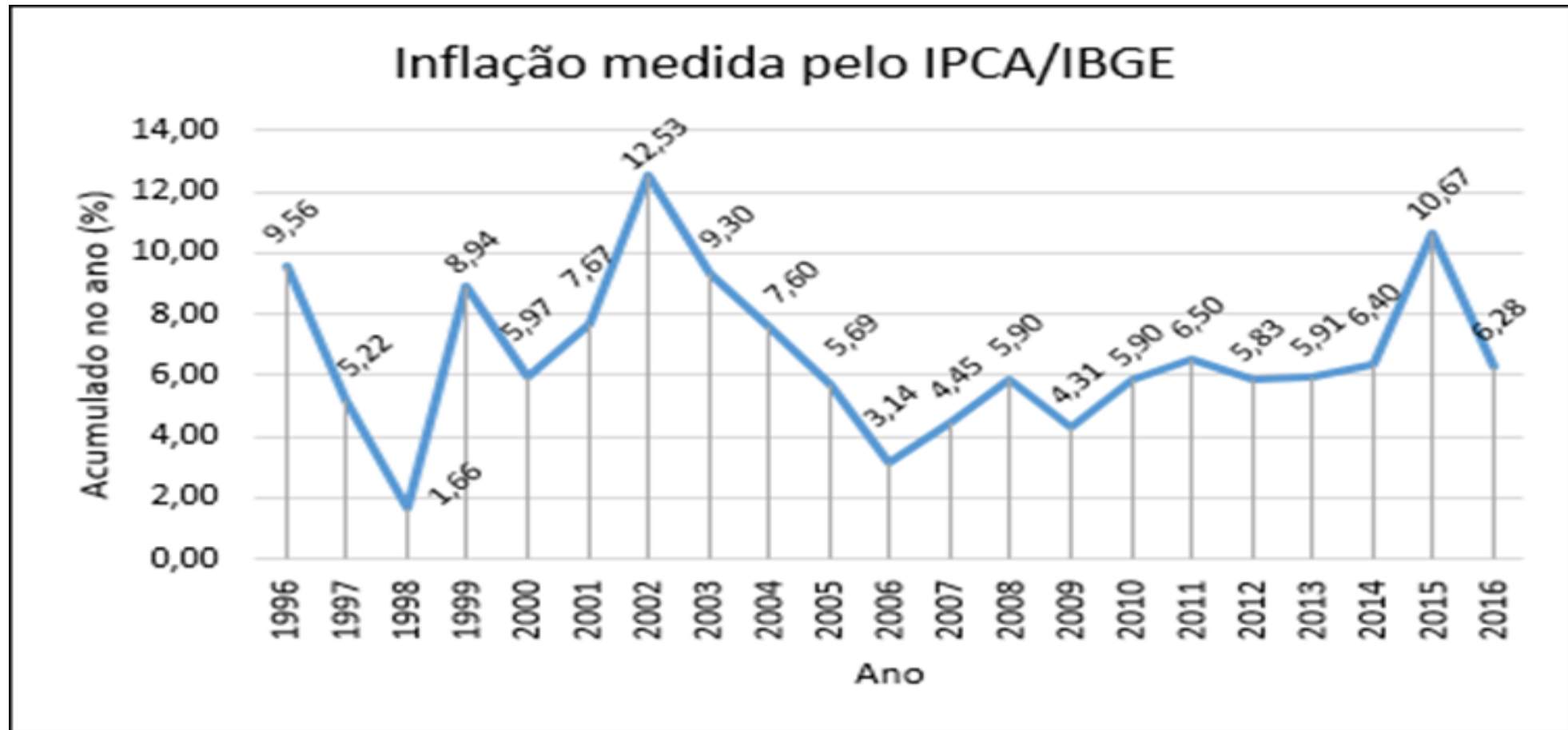
Crescimento do PIB: 1,4%

Inflação do ano: 6,3%

EM AGOSTO DE 2016 - IMPEACHMENT

Resumo dos Indicadores

Taxa de inflação anual (IPCA/IBGE) de 1996 até 2016



Fonte: IBGE

Devido à aceleração da inflação, o presidente do Banco Central Alexandre Tombini sinalizou que poderia mudar os rumos da política monetária.

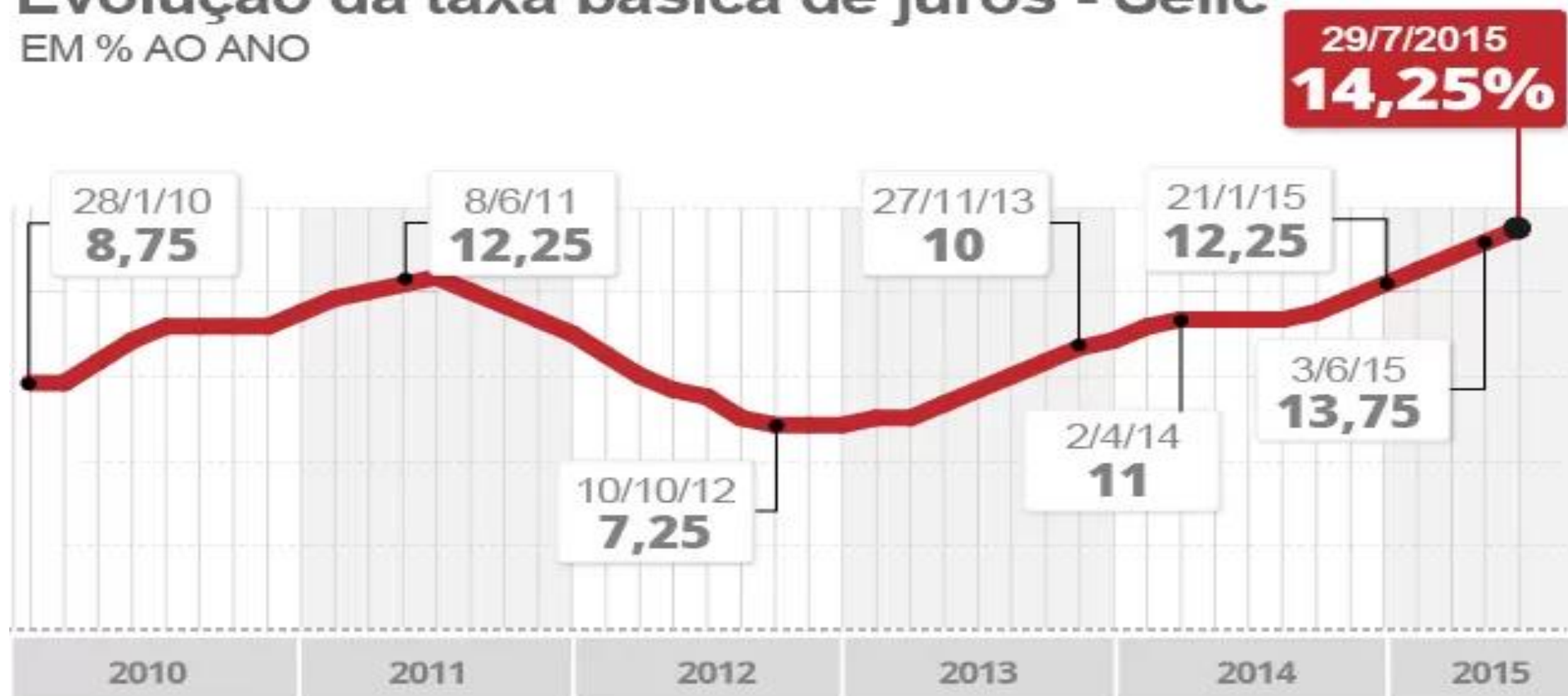
Os agentes econômicos passaram a esperar uma alta dos juros. Apesar de o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, negar a necessidade de elevação dos juros, o Banco Central iniciou a trajetória de elevação da Selic em abril de 2013.

A Selic foi de 7,25% ao ano para 11,75% em termos nominais em dezembro de 2014. As taxas reais (ou seja, descontada a inflação) eram de 0,7 e de 5,3%, respectivamente.

A taxa continuou a ser aumentada até chegar ao patamar de 14,25% em julho de 2015, o maior desde julho de 2006. O aumento havia sido a sétima elevação consecutiva.

Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



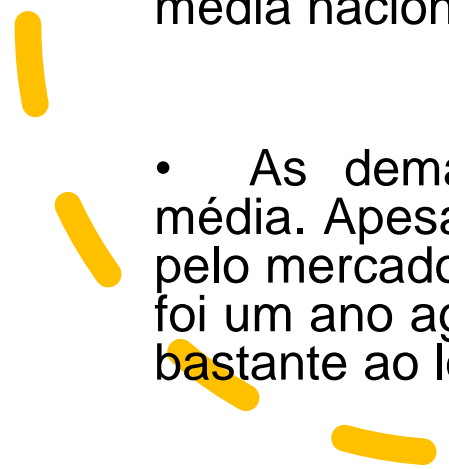
Fonte: Banco Central do Brasil

Mercado Externo e Interno

- No entanto, a desvalorização do real não foi suficiente para fazer a diferença nas exportações e no crescimento da indústria nacional.
- A razão para isso é que parte das exportações brasileiras são insensíveis à taxa de câmbio. Além disso, o período coincidiu com a crise dos países da periferia europeia, o que afetou o comércio mundial, desfavorecendo as exportações.
- As exportações, que haviam crescido 11,7% em termos reais em 2010, cresceram apenas 4,8 e 0,3% nos dois anos seguintes. Enquanto isso, no mercado interno, a alta do dólar levou a inflação ao teto da meta em 2011, atingindo os 6,5% no ano, o que contribuiu em seguida para a queda no consumo das famílias.



- Em 2014, o índice fechou o ano em 6,41%, ficando abaixo do centro da meta do BC, que era de 6,5%. A inflação de 2014 foi a maior desde 2011.
- Porém, em 2015, a inflação registrada foi significativamente maior, ficando bem acima da meta, fechando o ano em 10,67%, a mais alta desde 2002, ano em que o mercado financeiro estava inseguro quanto ao primeiro mandato de um governo do Partido dos Trabalhadores. Os dados relativos ao IPCA são divulgados pelo IBGE, que afirmou também que 24% da inflação do ano foi causada apenas pelo aumento da energia elétrica e dos combustíveis.
- Em 2016, a inflação foi de 6,29%, ficando abaixo do teto da meta. Algumas regiões metropolitanas, como São Paulo, Brasília, Goiânia e Vitória registraram taxas abaixo da média nacional. Curitiba teve a taxa mais baixa, que foi de 4,43%.
- As demais regiões metropolitanas analisadas pelo IBGE tiveram taxas acima da média. Apesar da crise econômica, a inflação foi melhor que o esperado pelo Banco Central, pelo mercado, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e também pelo governo Temer. 2016 foi um ano agitado devido à crise política, e por essa razão as previsões de inflação variaram bastante ao longo do ano.

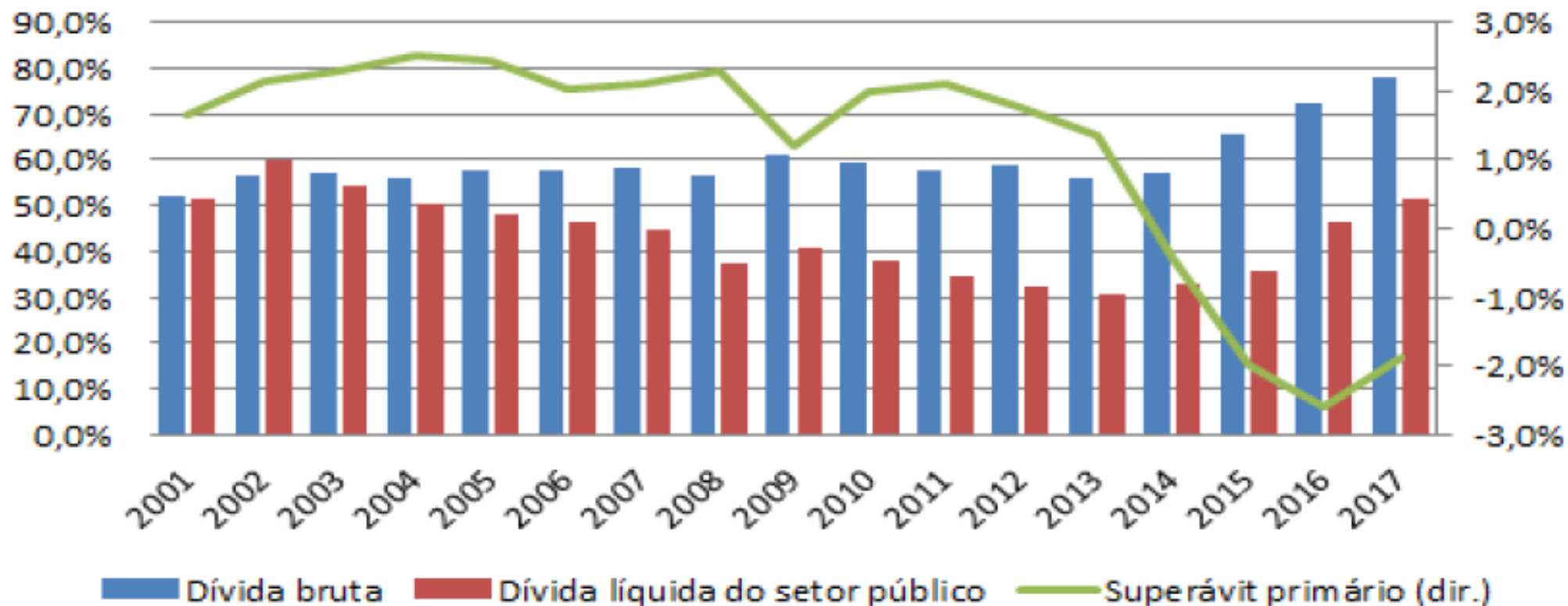


Déficit Público

- A partir de 2014 a conta começou a chegar e o país teve seu primeiro déficit primário da série histórica iniciada em 1997 seguido de déficits crescentes.
- Desde a reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014 o país passou por forte instabilidade política, o que reduz a confiança no país e dificultou a votação de reformas importantes que reverteriam o cenário exposto acima.
- O cenário externo também se tornou mais desfavorável, com perspectivas de que o Federal Reserve (Fed), o Banco Central americano, fosse aumentar sua taxa de juros, o que gerou uma fuga de capital dos países emergentes para países desenvolvidos, depreciando o câmbio de maneira abrupta em 2015, o que ocasionou o aumento da inflação.
- A queda da atividade impactou negativamente a receita e como boa parte das despesas são obrigatórias, as despesas não puderam ter uma redução da mesma magnitude que as receitas.
- O corte de despesas se concentrou nos investimentos públicos, o que é supostamente o pior dos gastos para se cortar num país com carência de infraestrutura como o Brasil.

Déficit Público

Trajetória da dívida pública (em % do PIB)

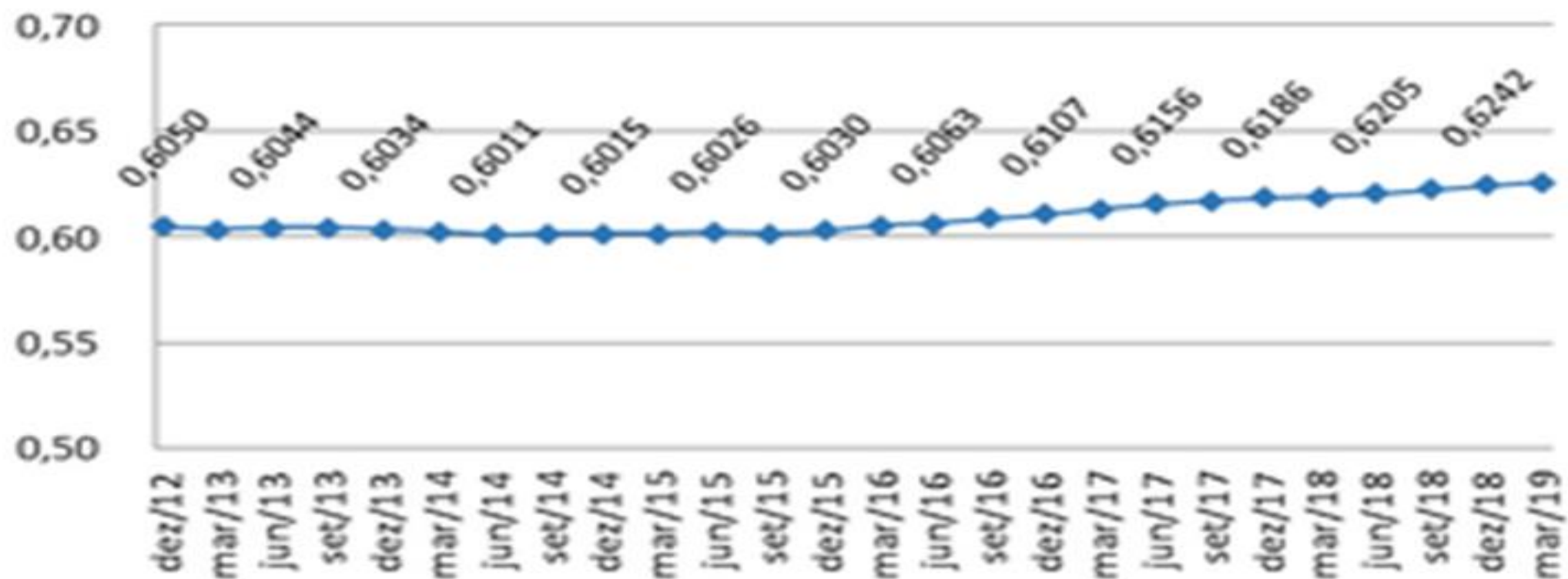


Fonte: BCB

Aumento da desigualdade

- Uma pesquisa de 2019 do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas, obtida pela revista Valor Econômico, mostrou que o coeficiente de Gini, que mede de 0 a 1 a desigualdade econômica de uma sociedade, aumentou consecutivamente no Brasil desde 2015 e atingiu em março de 2019 o maior patamar desde o começo da série histórica, que foi no início de 2012.
- A pesquisa mostrou também que as pessoas que ganham menos sofreram mais os efeitos da crise e que estão demorando mais para se recuperar.
- Em 7 anos (isto é, de 2012 a 2019), a renda acumulada dos 10% mais ricos aumentou 8,5%, enquanto a dos 40% mais pobres caiu 14%.
- Para Daniel Duque, pesquisador do IBRE/FGV, a lenta melhora do mercado de trabalho nos últimos anos foi concentrada nas pessoas com melhores qualificações e experiência, potencializando a desigualdade.
- O desalento que resulta da desistência de procurar emprego é maior entre os menos qualificados e "[...] vem batendo recorde e ajuda a explicar por que, mesmo com redução do desemprego no ano passado, a desigualdade seguiu crescendo."

Índice Gini da Renda do Trabalho nos Domicílios per Capita (Média Móvel)



Fonte: IBRE/FGV